

CENTRO UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO - UNIBRA  
CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

DANILO HENRIQUE GALDINO DE OLIVEIRA  
MARCOS RAFAEL SILVA TRAVASSOS SARINHO  
TACIANO CARVALHO DE MEDEIROS JUNIOR

**ESTRATÉGIAS DE OTIMIZAÇÃO TRIBUTÁRIA PARA  
MICROEMPRESAS E EPP**

Estudo bibliográfico

RECIFE - PE

2023

DANILO HENRIQUE GALDINO DE OLIVEIRA  
MARCOS RAFAEL SILVA TRAVASSOS SARINHO  
TACIANO CARVALHO DE MEDEIROS JUNIOR

# **ESTRATÉGIAS DE OTIMIZAÇÃO TRIBUTÁRIA PARA MICROEMPRESAS E EPP**

Estudo bibliográfico

Artigo apresentado ao Centro Universitário Brasileiro – UNIBRA,  
como requisito parcial para obtenção do título de Bacharelado  
em Ciências Contábeis.

RECIFE - PE

2023

Ficha catalográfica elaborada pela  
bibliotecária: Dayane Apolinário, CRB4- 2338/ O.

O48e Oliveira, Danilo Henrique Galdino de.  
Estratégias de otimização tributária para microempresas e EPP estudo  
bibliográfico / Danilo Henrique Galdino de Oliveira; Marcos Rafael Silva  
Travassos Sarinho; Taciano Carvalho de Medeiros Junior. - Recife: O Autor,  
2023.

15 p.

Orientador(a): Dr. Jadson Freire Silva.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Centro Universitário  
Brasileiro - UNIBRA. Bacharelado em Ciências Contábeis, 2023.

Inclui Referências.

1. Tributação das pequenas e micro empresas. 2. Regimes  
tributários. 3. Revisão bibliográfica. 4. Contabilidade. I. Sarinho, Marcos  
Rafael Silva Travassos. II. Medeiros Junior, Taciano Carvalho de. III.  
Centro Universitário Brasileiro. - UNIBRA. IV. Título.

CDU: 657

*Dedicamos este estudo em grupo aos nossos familiares, amigos e orientador, cujo apoio foi vital, aos membros do grupo pela colaboração excepcional, formando uma equipe incrível. Este trabalho é uma celebração coletiva das memórias construídas e desafios superados juntos. Prestamos homenagem àqueles que nos inspiraram, mesmo ausentes fisicamente. Que este trabalho seja uma lembrança eterna de uma conquista compartilhada...*

## **AGRADECIMENTOS**

Queremos expressar nossos sinceros agradecimentos a todos que contribuíram significativamente para a conclusão deste Trabalho de Conclusão de Curso em conjunto.

Primeiramente, agradecemos ao nosso orientador Bruno Melo Moura, pela orientação constante, apoio inestimável e pelos valiosos conselhos que nos guiaram ao longo deste processo.

Às nossas famílias, que foram a base de apoio emocional e suporte durante todo esse período, expressamos nossa profunda gratidão. Seu incentivo e compreensão foram fundamentais para a realização deste trabalho.

Aos nossos colegas de curso e professores, agradecemos pela troca constante de ideias, debates construtivos e pelo ambiente acadêmico que nos desafiou a crescer.

A todos os membros do grupo, expressamos nossa admiração e agradecimento pela colaboração efetiva. Cada um contribuiu com suas habilidades únicas, dedicando tempo e esforço para a realização deste projeto coletivo. Foi uma jornada desafiadora, e a sinergia entre nós foi crucial para superar os obstáculos e alcançar este resultado.

Às fontes e autores cujas obras foram consultadas e estudadas, agradecemos por compartilharem seu conhecimento e pela inspiração que trouxeram ao nosso trabalho.

Por fim, a todos que de alguma forma apoiaram, incentivaram e contribuíram para este projeto, nosso sincero agradecimento. O presente estudo é o resultado do esforço conjunto de uma equipe comprometida.

Obrigado por fazerem parte deste percurso.

*"O estudo é a luz que ilumina o caminho do conhecimento, tornando possível alcançar horizontes cada vez mais amplos."*

*(Mário Quintana)*

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. REFERENCIAL TEÓRICO	9
2.1. Tributação das Pequenas e Micro Empresas (PMEs)	10
2.2 Regimes Tributários	11
3. DELINEAMENTO METODOLÓGICO	12
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	15
4.1 Planejamento tributário	18
4.2. Regimes de tributação	19
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	21
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	22

## **ESTRATÉGIAS DE OTIMIZAÇÃO TRIBUTÁRIA PARA MICROEMPRESAS E EPP: estudo bibliográfico**

Danilo Henrique Galdino de Oliveira  
Marcos Rafael Silva Travassos Sarinho  
Taciano Carvalho de Medeiros Junior  
Bruno Melo Moura<sup>1</sup>

**Resumo:** A otimização tributária consiste em uma variedade de métodos e estratégias aplicados para reduzir a carga tributária e, ao mesmo tempo, garantir que as obrigações fiscais sejam cumpridas segundo as leis. Devido às limitações dos recursos e estruturas organizacionais, isso é particularmente importante para MEs e EPPs. Neste cenário, o presente estudo tem como objetivo realizar uma revisão bibliográfica sobre Estratégias de otimização tributária para microempresas e EPP, na qual foi utilizado uma abordagem quali-quantitativa, foram obtidos 16 artigos válidos para realização do estudo, nas plataformas Spell.org e Google Acadêmico, publicados no período de 2008 a 2023. Ao avaliar tais publicações científicas foram constatadas 4 macros temáticas: regimes tributários; estratégias fiscais; impacto econômico; contabilidade tributária. Estas macros temáticas indicam possíveis caminhos a serem adotados pelas empresas, com o intuito de amenizar os encargos fiscais e proporcionar uma maior rentabilidade e lucratividade empresarial.

**Palavras-chave:** Tributação das Pequenas e Micro Empresas. Regimes Tributários. Revisão bibliográfica. Contabilidade.

### **1. INTRODUÇÃO**

No atual contexto econômico, as Microempresas - MEs e Empresas de Pequeno Porte - EPPs desempenham papéis cruciais no impulsionamento do crescimento econômico e na criação de empregos. Suas limitações e os desafios tributários específicos que enfrentam exigem otimização fiscal para garantir sua eficiência e competitividade. As pequenas e microempresas - PMEs, que compõem 99% dos negócios formais do país, desempenham um papel significativo na criação de empregos e renda, promovendo o empreendedorismo, a eficiência e a inovação (Paula; Costa; Ferreira, 2017).

É essencial entender as definições precisas de MEs e EPPs, que se baseiam na receita bruta anual e no número de funcionários. MEs têm receita bruta anual de até R\$360 mil, enquanto EPPs têm receitas entre R\$360 mil e R\$4,8 milhões, com limites de funcionários específicos.

A carga tributária varia de acordo com o regime escolhido, compreendendo impostos, taxas e contribuições. O planejamento tributário é uma ferramenta valiosa

---

<sup>1</sup> Professor orientador da UNIBRA. Doutor em Administração. *E-mail:* bruno.moura@grupounibra.com



para aumentar a lucratividade e reduzir a carga tributária, tornando-se essencial em um ambiente de negócios dinâmico. As PMEs são essenciais para a economia, mas enfrentam desafios na otimização fiscal devido a recursos limitados. O Planejamento tributário pretende ser uma escolha das melhores situações empresariais e jurídicas, visando reduzir a carga tributária de forma legal e lícita (Brandão; De Freitas; Zittei, 2017).

A contabilidade desempenha um papel fundamental nesse processo, orientando as decisões estratégicas. A compreensão dos conceitos contábeis e das estratégias de otimização tributária é crucial, considerando a complexidade fiscal em constante evolução. Como uma ferramenta importante para o planejamento estratégico das empresas, a gestão tributária pode aumentar sua competitividade (Vello; Martinez, 2014).

A escolha do regime tributário é crucial para as MEs e EPPs no Brasil, com base em fatores como faturamento, estrutura e atividade. Regimes tributários, como Simples Nacional, Lucro Presumido, Lucro Real e Lucro Arbitrado, desempenham papéis distintos. Pesquisas recentes exploram como esses regimes impactam as empresas e buscam estratégias para otimizar a carga tributária.

O Simples Nacional simplifica o pagamento de impostos, o Lucro Real exige uma apuração detalhada, o Lucro Presumido permite uma margem predefinida e o Lucro Arbitrado é aplicado em casos de falta de legitimidade legal. Para optar pelo regime tributário mais benéfico para a empresa, é necessária uma análise de vários elementos (De Freitas; Souza Ferreira, 2023).

Diante do que foi exposto, o presente estudo tem como objetivo avaliar as discussões acadêmicas de contabilidade acerca de estratégias de otimização tributárias para MEs e EPPs. Consequentemente, o presente estudo se justifica, visto que sua realização pretende atualizar e aprofundar a compreensão sobre o tema supracitado, bem como possivelmente destacar tendências entre pesquisadores do campo

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

O Referencial Teórico deste estudo desempenha um papel crucial no aprofundamento da compreensão das complexidades dos regimes de tributação aplicados às micro e PMEs no Brasil. Nesta seção, será abordado a tributação dessas empresas e os diferentes regimes tributários disponíveis no país. Ao utilizar

a classificação tributária como forma de amenizar erros e evitá-los, buscando assim uma diminuição da carga tributária (Lunkes *et al.*, 2014).

## 2.1. Tributação das Pequenas e Micro Empresas (PMEs)

Para definir as PMEs, dois critérios principais são utilizados: a estrutura organizacional e o número de funcionários. As MEs são aquelas com receita bruta anual de até R\$360 mil, empregando até nove pessoas no setor de comércio e serviços ou 19 pessoas no setor industrial. Já as EPPs, por sua vez, são aquelas com receitas anuais superiores a R\$360 mil e inferiores ou iguais a R\$ 4,8 milhões, ou que empregam entre 10 e 49 pessoas no comércio e serviços ou entre 20 e 99 pessoas na indústria (Lima; Santos; Paranaíba, 2019).

Essas definições são fundamentais para entender a complexidade tributária que as PMEs enfrentam. Embora elas desempenhem um papel vital na economia, sua carga fiscal muitas vezes é desafiadora, afetando negativamente sua produtividade e competitividade. Portanto, a otimização fiscal é crucial para a sustentabilidade financeira de MEs e EPPs (Fadlalah; Martinez; Nossa, 2012).

O planejamento tributário é uma ferramenta essencial para essas empresas, uma vez que busca maximizar a eficiência operacional e melhorar a competitividade. A carga tributária, que inclui impostos, taxas, contribuições e pagamentos ao governo, variam de acordo com o regime tributário escolhido. Com as grandes mudanças que ocorrem na dinâmica empresarial, as empresas buscam ferramentas estratégicas para permanecer competitivas e se expandir. Muitas delas recorrem ao planejamento tributário com o objetivo de reduzir as obrigações tributárias e aumentar o lucro (Santana; Pereira; Rodrigues, 2019).

As PMEs, devido a recursos limitados e estruturas organizacionais enxutas, enfrentam desafios únicos na otimização fiscal. É, portanto, fundamental implementar estratégias eficazes. A contabilidade não se limita à produção de documentos contábeis; ela também orienta os administradores e usuários financeiros na tomada de decisões (Dworak; Da Luz Santiago; Silva, 2023).

Assim, considerando que os conceitos contábeis supracitados são cada vez mais acessados para difundir conhecimento sobre as estratégias de otimização tributária para MEs e EPPs, todavia que é essencial que as PMEs compreendam as particularidades dos regimes tributários diante dessas complicações fiscais. É válido compreender os regimes de tributação em vigor no país. A gestão fiscal pode ser

capaz de melhorar o arsenal de competitividade das empresas modernas, como um instrumento significativo para o planejamento estratégico da empresa, dada a atual carga fiscal elevada, além disso, monitoramento cada vez mais ativo, equipado e eficiente (Vello; Martinez, 2014).

## 2.2 Regimes Tributários

Nesta subseção, será explorado os diferentes tipos de regimes tributários que as PMEs podem adotar. Depois de entendermos como essas empresas são tributadas na subseção anterior, é crucial analisarmos como elas podem escolher o regime tributário mais adequado para atender às suas necessidades.

Ao determinar o regime tributário mais adequado para uma ME ou EPP no Brasil, vários fatores devem ser considerados, incluindo o faturamento anual, a estrutura da empresa e a atividade econômica. A compreensão dos regimes fiscais disponíveis é essencial para uma tomada de decisão. A escolha de um regime tributário é um passo importante para o sucesso financeiro de uma empresa, pois o planejamento da situação econômica e financeira da empresa permite melhores decisões e maior lucro (Paula; Costa; Ferreira, 2017).

Os regimes tributários, como o Simples Nacional, Lucro Presumido e Lucro Real, desempenham um papel crucial na promoção do empreendedorismo e do crescimento econômico no Brasil. Cada regime oferece benefícios e desafios específicos, e a escolha do regime tributário adequado pode afetar significativamente a carga tributária e a rentabilidade da empresa. Portanto, é fundamental analisar cuidadosamente as opções disponíveis (De Freitas; Souza Ferreira, 2023).

Nos últimos anos, pesquisas têm se concentrado na influência desses regimes tributários nas empresas. A literatura acadêmica e os profissionais do campo estão cada vez mais interessados em estratégias que permitam às empresas reduzir sua carga tributária de maneira legal e eficaz, simplificando o sistema fiscal para torná-lo mais favorável aos negócios. As PMEs são um grupo distinto e têm várias particularidades tributárias, além de gastos mais elevados do que as empresas maiores (Do Carmo; De Souza Machado, 2022).

O Simples Nacional é especialmente direcionado para micro e pequenas empresas, simplificando o processo de pagamento de impostos. Neste regime de tributação os recolhimentos acontece de forma mensal e unificada, fazendo alusão

aos seguintes impostos: Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, Contribuição para o Financiamento de Seguridade Social - COFINS, Programa de Integração Social - PIS, Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, Contribuição Patronal Previdenciária - CPP, Imposto sobre à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviço - ICMS e Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS (Bisolo; Baggio, 2012).

Já o Lucro Real é um sistema mais complexo que requer a apuração dos impostos com base nos lucros reais obtidos pelas empresas. A base de cálculo para esse regime é o lucro líquido ajustado, que é calculado a partir do lucro contábil da empresa, que foi submetido a uma série de ajustes, os mesmos podem incluir adições, exclusões ou compensações (Lopes *et al.*, 2017).

Enquanto isso, o Lucro Presumido permite que as empresas optem por uma base de cálculo presumida para seus tributos, utilizando uma margem de lucro preestabelecida. Para poder colocar esse sistema em prática, é necessário que o valor do faturamento anual da empresa seja inferior a R\$78 milhões ao longo do ano calendário (Caetano; Ribeiro, 2017).

Ainda existe o Lucro Arbitrado que é aplicado em situações em que a empresa não mantém legitimidade legal. Nesse caso, a Receita Federal determina uma margem de lucro presumida com base em critérios estabelecidos em lei, como a atividade econômica da empresa e sua receita bruta. Não é uma escolha exclusiva do contribuinte deve ser condicionado a alguns requisitos, como a compreensão da receita bruta e a possibilidade de mantê-la por força de lei. Quando a empresa não mantém sua escrituração dentro da lei, o fisco usa esse tipo de apuração (Redivo; Almeida; Beuren, 2019).

O presente estudo observa a relação de complexidade dos regimes tributários das PMEs no Brasil e destaca seu papel no cenário econômico do país. Contextualizando os regimes tributários disponíveis e como eles impactam as pequenas empresas. Enaltecendo as estratégias de otimização tributárias para as PMEs e gerando discussões a serem esclarecidas nas próximas sessões.

### **3. DELINEAMENTO METODOLÓGICO**

O presente estudo trata-se de uma revisão bibliográfica na qual foi utilizado um método de abordagem quali-quantitativa, buscando mensurar os dados coletados, com base nas literaturas apuradas. O desenvolvimento de procedimentos

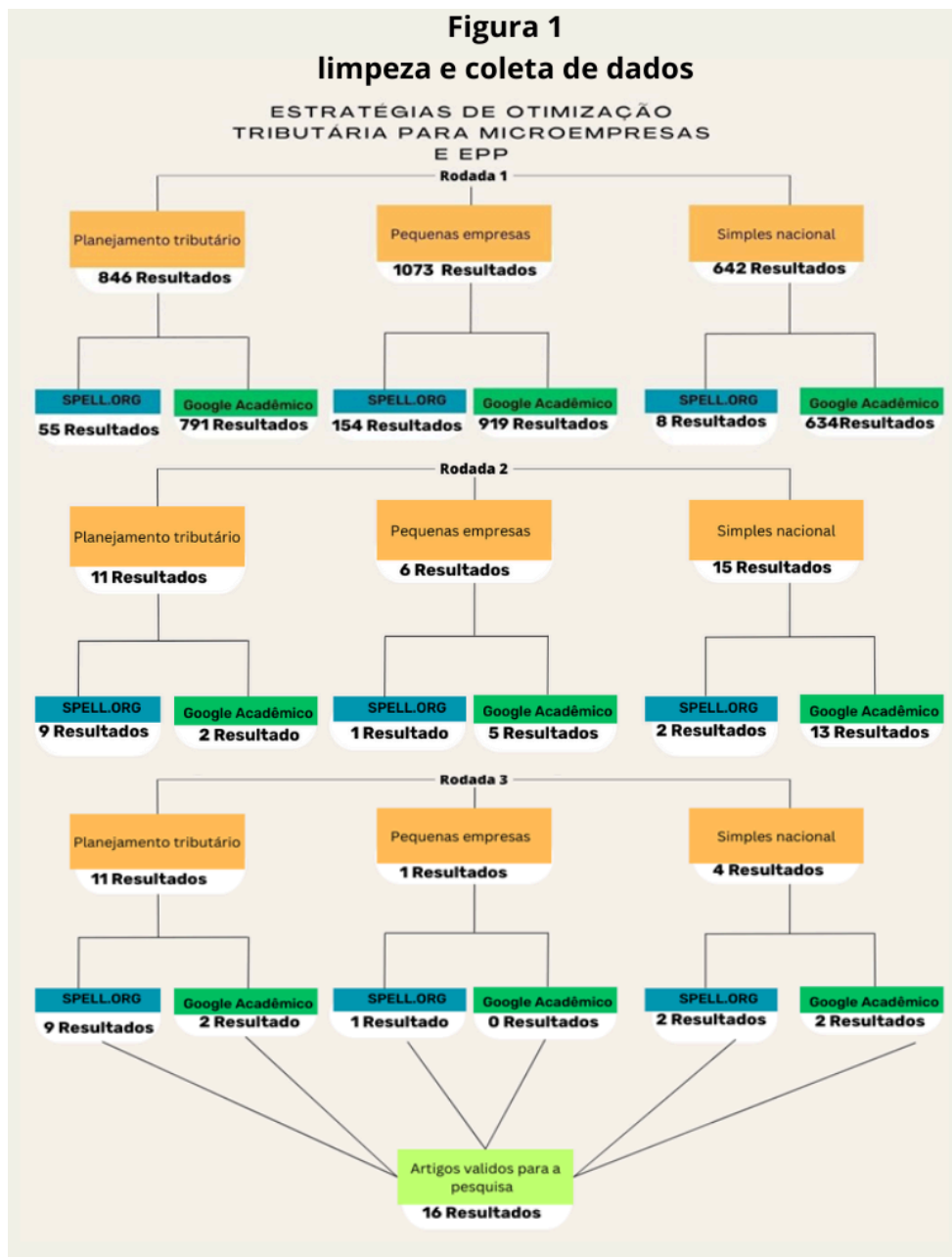
metodológicos sistemáticos é considerado como uma abordagem racional em que a metodologia é apresentada como o caminho principal a ser operacionado, para que o resultado de uma pesquisa tenha validade acadêmica (Marconi; Lakatos, 2003).

Considerando o objetivo apresentado na problemática do estudo foram delimitadas as seguintes palavras-chave: "Planejamento tributário"; "Simples nacional" e "Pequenas empresas". Para a realização da busca das pesquisas científicas utilizadas para compor o corpus da pesquisa optou-se por duas plataformas, Google Acadêmico e Spell.org. Os benefícios das plataformas se deram através de pesquisas com filtros facilitadas que permitem usufruir de uma base de dados ampla de materiais confiáveis, adquirindo assim uma quantidade significativa de dados para análise e construção da pesquisa acadêmica.

O Google Acadêmico é utilizado como fator de busca de artigos científicos, teses, livros e publicações que auxiliam pesquisadores em suas construções acadêmicas, como uma de suas funções ser utilizado como acervo digital. A internet auxilia a ciência, pois acelera as formas e etapas da comunicação científica e permite o fácil acesso à informação a todos os usuários (Araujo, 2016).

O *Spell - Scientific Periodicals Electronic Library*, trata-se de uma biblioteca virtual integrada de dispositivos científicos voltados para as áreas de Administração, Contabilidade e Turismo, com um acervo repleto de artigos, dissertações, resenhas, casos de ensino, e entre outras ferramentas utilizadas para proporcionar um campo de busca confiável e válido para o meio acadêmico. As fontes de informação têm como função proporcionar aos pesquisadores acervos em diversas áreas do conhecimento e podem ser consultadas com rapidez e eficiência (Cunha, 2020).

O presente estudo foi realizado em etapas, nos quais primeiro buscou-se a maioria dos arquivos, depois foi realizada a filtragem para reduzir aqueles que tratavam de outras temáticas e por fim se fez uma leitura aprofundada em que chegou no corpus final da pesquisa ver figura 1. O principal conceito bibliográfico é na obtenção de livros ou artigos científicos que abordem convicções sobre determinados assuntos, procurando buscar a resolução de problemas ou antecipá-los (Gil, 2002).



Fonte: Elaborado pelos autores

Os dados foram obtidos através de três etapas: a busca nas plataformas que resultaram em 2.561 bibliografias no total. Através da palavra-chave “Planejamento tributário” foram coletados 846 resultados, sendo 55 na plataforma Spell.org, e no Google Acadêmico obteve-se um resultado de 791 publicações. Para as palavras-chave “Pequenas empresas” adquiriu-se 154 resultados na plataforma Spell.org e no Acadêmico 919 resultados. Enquanto que para a palavras-chave “Simples nacional”, no Spell.org alcançou-se 8 resultados e no Google Acadêmico obtivemos 634 resultados.

Os critérios de inclusão foram utilizados de acordo com: A relevância temática, para isso levamos em consideração materiais que abordam o tema proposto de maneira direta, para o período de publicação, foi utilizando um filtro de 2008 a 2023, o tipo de fonte que foram encontrados os materiais, prezando por fontes de artigos científicos de revistas e jornais de contabilidade, considerando o idioma português nos materiais, tipo de estudo dando preferências a área da contabilidade tributária, resultando assim na inclusão de 32 publicações.

Após análise da base de dados foram realizados os critérios de exclusão de arquivos da seguinte forma: Artigos fora do escopo, ou seja, de outras áreas, artigos duplicados os quais estavam presentes nas duas plataformas utilizadas, irrelevância, materiais que são caracterizados por não abordarem o tema proposto, resultando assim na exclusão de 16 arquivos. Ao total, foram obtidos 16 artigos válidos para realização do estudo, com 12 publicações coletadas pelo Spell.org e 4 publicações coletadas através do Google Acadêmico.

Assim, considerando o corpus da pesquisa, pretendeu-se realizar uma operacionalização sistemática em que se debruça, busca-se com este estudo compreender as estruturas similares contidas nos materiais revisados com o tema abordado, podendo explicar ideias de contribuições dos demais trabalhos, que podem gerar discussões. O conhecimento deve ser criado pela construção de objetos conhecidos e não pela apresentação desses objetos, ou seja, na universidade o conhecimento deve ser construído pela experiência ativa do aluno e não mais ser assimilado passivamente (Severino, 2014).

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os artigos revisados nesta seção serão organizados em grupos temáticos, oferecendo uma visão estruturada do estado do conhecimento no campo de Estratégias de Otimização Tributária para Microempresas e EPP conforme tabela 1.

Tabela 1: Artigos coletados com respectivo ano, título, autores e palavras-chave.

n.	Ano	Título	Autores	Palavras-chave
1	2012	Planejamento Tributário e as Práticas de Responsabilidade Social Corporativa	Beatriz Santos Neves Fadlalah; Antonio Lopo Martinez; Valcemiro Nossa	Planejamento tributário Dedutibilidade fiscal de doações para o terceiro setor Filantropia Investimento social

2	2012	Planejamento tributário: estudo do regime tributário menos oneroso para indústria	Tanise Bisolo; Daniel Knebel Baggio	Planejamento Tributário Regime de Tributação Impostos
3	2014	Planejamento tributário eficiente: uma análise de sua relação com o risco de mercado	André Pinto Coelho Vello; Antonio Lopo Martinez	Planejamento tributário Governança corporativa Risco de mercado
4	2014	A Legitimidade Cognitiva da Disciplina de Planejamento Tributário no Brasil	Rogério João Lunkes; Luiz Felipe Ferreira; Jéssica de Oliveira Rech; Talisa Renzzieri	Planejamento Tributário Governança Tributária Legitimidade Cognitiva
5	2016	A Percepção da Carga Tributária nas Micro e Pequenas Empresas antes e após o Simples Nacional	Roberta Manfron de Paula; Daiane Leal Costa; Manuel Portugal Ferreira	Planejamento Tributário Tributos Regimes de Tributação
6	2017	Planejamento tributário: estudo de caso sobre lucro presumido e lucro real	Caroline Lopes; Laerte Amaral de Souza Filho; Renato Anastácio da Silva; Fernando de Almeida Santos	Planejamento Tributário Tributos Regimes de Tributação
7	2017	O Impacto do Planejamento Tributário, Comparando o Lucro Presumido Versus o Simples Nacional, nas Prestadoras de Serviços de Medicina em São Paulo, após o Desenquadramento do ISS	Paula Antunes Brandão; Viviane Balcan de Freitas; Marcus Vinicius Moreira Zittei	Lucro Presumido Simples Nacional Desenquadramento do ISS Prestadoras de Serviços de Medicina em SP Planejamento Tributário
8	2017	Planejamento tributário em empresa de construção civil: Benefícios proporcionados pelo regime especial de tributação	Viviane Barbosa Caetano; Rafael Borges Ribeiro	Planejamento Tributário Construção Civil Regime Especial de Tributação
9	2019	Análise das mudanças ocasionadas na tributação das empresas Optantes pelo simples nacional	Mateus José Flauzino Lima; Geovane Camilo Santos; Alexandre Carvalho Paranaíba	Tributação. Micro e Pequenas Empresas. Simples Nacional Lei Complementar n° 123/2006 Lei Complementar n° 155/2016



10	2019	Dividir para Maximizar: A Reorganização Societária como Estratégia de Planejamento Tributário	Miquéias de Jesus Santana; Antônio Gualberto Pereira; Ana Paula Nogueira Rodrigues	Planejamento Tributário Estratégico Reorganização Societária Cisão
11	2019	A divulgação dos benefícios fiscais e a Informação sobre possíveis economias tributárias	Roberta Cristina da Silva; Domingos Correia dos Santos Maurício Rieger; Alexandre Gonzales	Benefício fiscal Adimplência Incentivos fiscais Planejamento tributário
12	2019	Reflexos dos Controles de Gestão no Planejamento Tributário: um Estudo em uma Pequena Empresa Industrial	Jadina Fraton Redivo; Dalci Mendes Almeida; Ilse Maria Beuren	Controles de Gestão Planejamento Tributário Pequenas Empresas
13	2021	Reflexo do planejamento tributário no endividamento das empresas não financeiras listadas na Brasil Bolsa Balcão (B3)	Ayanna Karoline da Fonseca; Deylane Mendes Sirqueira; Risolene Alves de Macena Araújo; Inajá Allane Santos Garcia	Brasil Bolsa Balcão (B3) Endividamento Planejamento Tributário ETR ETRCash
14	2022	Contabilidade e tributação em pequenas e médias Empresas: um estudo em congressos brasileiros de Contabilidade e administração	Alexia Carvalho Do Carmo; Lúcio De Souza Machado	Contabilidade Pequenas e médias empresas (PME) CPC PME Simples Nacional
15	2023	O código tributário nacional: a tributação nas micro e pequenas empresas	Rafaele Mourão de Freitas; Kilvia Souza Ferreira	Pequenas Empresas Tributos Planejamento Tributário
16	2023	A obrigatoriedade e as implicações de se mudar de Microempreendedor Individual (MEI) para Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP)	Angela Dworak; Vanessa da Luz Santiago; Silvano Luiz da Silva	Microempreendedor Individual MEI Simples Nacional Desenquadramento

Fonte: elaborado pelos autores

Os grupos foram escolhidos com base na relevância sobre o planejamento tributário e regimes de tributação. Onde foram destacadas várias abordagens e perspectivas que enriqueceram o cenário atual da contabilidade tributária.

#### 4.1 Planejamento tributário

O planejamento tributário é uma parte importante da estratégia empresarial para minimizar a carga fiscal de maneira legal e estratégica. Sua função vai além de escolher apenas um regime tributário, o mesmo inclui uma análise cuidadosa das leis fiscais, avaliando os benefícios dos regimes especiais.

Conforme abordado por Bisolo e Baggio (2014), para encontrar a melhor alternativa legal para reduzir impostos, o planejamento tributário é fundamental. De acordo com a análise, essa abordagem é generalizável e não se restringe ao tamanho da empresa. O estudo enfatiza que o planejamento é a única forma de obter a melhor opção tributária.

Fadlalah, Martinez e Nossa (2012) ampliam a discussão ao afirmar que o planejamento tributário é importante para a sobrevivência das empresas em um mercado competitivo, além de economizar recursos. Além disso, salientam a possibilidade de investimento social maximizar ganhos sociais, adicionando mais um elemento à análise do planejamento tributário.

Vello e Martinez (2014) destacam a transparência como um requisito para um planejamento tributário eficaz. O sucesso desse método depende da transparência das ações das empresas, que apontam a importância da integridade e honestidade no processo.

Na visão de Lunkes e colaboradores (2014) os autores enfatizam a importância de um bom planejamento tributário. E a abordagem abrangente, que leva em consideração as consequências fiscais de decisões comerciais e transações.

Caetano e Ribeiro (2017) enfocam a importância do planejamento tributário para a redução legal dos ônus fiscais. O estudo enfatiza regimes especiais de tributação, que foram desenvolvidos com o objetivo de simplificar o processo de pagamento de impostos. Para otimizar o planejamento tributário, esta abordagem mostra que é necessária uma compreensão profunda desses regimes.

Santana, Pereira e Rodrigues (2019) ressaltam uma lacuna na prática do planejamento tributário, as estratégias de redução tributária geralmente não são levadas em consideração adequadamente. A maioria das vezes, a análise se limita à comparação dos dados anteriores dos vários regimes tributários, o que indica que uma abordagem mais abrangente é necessária.

Fonseca e colaboradores, (2021) observam que as entidades obtêm benefícios da redução de tributos, mas destacam a importância de não permitir que os custos do planejamento tributário superem os benefícios. Para equilibrar as vantagens fiscais com os possíveis custos associados, eles sugerem uma abordagem mais conservadora.

Silva e colaboradores (2019) destacam a complexidade das questões tributárias e o valor de uma gestão tributária bem-sucedida. Argumentam que os gestores e profissionais envolvidos devem observar e estudar cuidadosamente as questões tributárias para garantir uma melhor abordagem, reconhecendo a importância ativa da gestão nessas complicações.

Esta análise abrangente dos estudos revisados oferece uma visão aprofundada das várias dimensões do planejamento tributário, fornecendo ideias significativas para a compreensão e aplicação dessas práticas nas empresas.

#### 4.2. Regimes de tributação

Os regimes tributários são um conjunto de diretrizes e processos que estabelecem como uma empresa calcula e paga seus impostos. O Simples Nacional, o Lucro Presumido e o Lucro Real são os principais sistemas no Brasil.

Os autores Dworak, Santiago e Silva (2022) destacam a importância crucial de buscar orientação profissional, especialmente de contadores, durante o planejamento de negócios, incluindo microempreendedores individuais (MEI), mesmo quando não é obrigatório. Além de frisar que essa prática simplifica processos, reduz problemas e facilita a implementação de mudanças, promovendo eficiência no planejamento e garantindo que as decisões financeiras estejam em conformidade com as melhores práticas e padrões tributários, e contribuindo para a sustentabilidade da empresa.

A escolha do regime tributário, conforme Lima, Santos e Paranaíba (2019), é fundamental para as empresas encontrarem a opção menos onerosa, seja entre lucro real, lucro presumido ou simples nacional. E concorda com os autores supracitados focalizando que essa decisão estratégica impacta diretamente a carga tributária e a viabilidade financeira da empresa, reforçando a necessidade de orientação profissional durante o processo decisório.

De acordo com Paula, Costa e Ferreira (2017), o Simples Nacional foi instituído com a meta de redução da carga tributária e a finalidade de diminuir a

informalidade e, por conseguinte, mitigar a presença de empregados sem registro. Os autores enaltecem a estratégia que visa não apenas a simplificação tributária, mas também a promoção da formalização e regularização das atividades econômicas de pequeno porte.

Na opinião de Carmo e Machado (2022) os mesmos conceituam que o Simples Nacional atua como um regime unificado, simplificando as obrigações tributárias para MEs e EPPs. Essa abordagem visa aliviar a carga burocrática sobre empreendimento menores, facilitando sua operação e estimulando seu desenvolvimento econômico.

O lucro presumido, de acordo com Brandão, de Freitas e Zittei (2017) é uma suposição do fisco sobre os ganhos de pessoas jurídicas, projetando um cenário desprovido de contabilidade e baseando-se nas operações da empresa. Esse método ilustra a maneira como o governo determina a parcela tributária devida, realizando uma presunção sobre os lucros da empresa. Nesse contexto, os registros contábeis são efetuados com base na presunção estabelecida por lei.

Desta forma De Freitas e Souza Ferreira, (2023) suplementam que no lucro presumido, há a possibilidade de pagamento de impostos por meio de alíquotas pré-fixadas, proporcionando uma vantagem. Citam exemplos de profissionais como médicos, dentistas e economistas que são exemplos de prestadores de serviços que frequentemente optam por esse sistema tributário. Os autores promovem a atratividade da escolha desse regime, já que as alíquotas de PIS e COFINS são inferiores em comparação ao lucro real.

No tocante ao lucro real é observado por Redivio, Almeida e Bauren (2019) que definem que o cálculo é realizado pela contabilidade. E que existe uma requisição para uso da escrituração contábil fiscal completa, bem como o cumprimento de outras normas comerciais e fiscais. Ainda realça que essa apuração pode ser feita trimestralmente ou anualmente, o que dá às empresas flexibilidade para escolher o período mais adequado para sua avaliação contábil e fiscal.

Na contextualização de Lopes e colaboradores (2017) os próprios incorporam a afirmação e concluem que a tributação com base no lucro real é composta pelo lucro líquido do período, sujeito a modificações por meio de adições, exclusões ou compensações permitidas ou prescritas pela legislação fiscal. Vale destacar que, conforme apontam os autores, qualquer pessoa jurídica tem a opção de escolher essa forma de tributação, mesmo em situações em que não seja obrigatória.

Considerando as contribuições dos autores mencionados acima, torna-se evidente que a escolha do regime tributário é um passo importante para o sucesso financeiro de uma empresa. Um bom entendimento das particularidades de cada regime em um ambiente tributário complexo é essencial para a duração do negócio, contudo promovendo a conformidade e a eficiência fiscal nas operações.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao analisar os resultados, fica claro que os métodos utilizados convergiram para atingir o objetivo principal deste estudo: compreender as discussões acadêmicas em contabilidade sobre estratégias de otimização tributária para MEs e EPPs.

O agrupamento de planejamento tributário se destaca por oferecer informações úteis sobre a eficiência fiscal das empresas, evidenciando a importância dessa abordagem para a gestão tributária.

Quando os regimes de tributação são discutidos em conjunto, eles proporcionam uma visão geral das opções disponíveis para MEs e EPPs, ressaltando a importância de escolhas estratégicas para alcançar a menor onerosidade fiscal possível.

As generalizações dos resultados podem ser afetadas pela diversidade dos artigos revisados e pela falta de consenso em algumas áreas. Além disso, é possível que nenhuma estratégia específica seja capaz de lidar com todas as variáveis do contexto tributário em constante mudança. É importante salientar que a literatura revisada não abordou o lucro arbitrado com tanta frequência. Isso pode ser devido à aplicação mais restrita do lucro arbitrado, que normalmente é usado para situações específicas como erros contábeis, omissões de receitas ou inconsistências significativas nas informações financeiras.

Entende-se que há a necessidade de explorar mais detalhadamente as lacunas identificadas por meio de estudos que tragam maior profundidade e compreensão do campo de técnicas de otimização tributária para MEs e EPPs.

Essa necessidade de aprimoramento contínuo demonstra o compromisso com a contribuição significativa para o avanço do conhecimento nessa área dinâmica, revelando uma dedicação constante ao desenvolvimento do entendimento deste campo em evolução.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ARAUJO N. C., & Fachin, J. Evolução das fontes de informação. BIBLOS, v 29 n 1, 2016.

BISOLO, T.; BAGGIO, D. K. Planejamento tributário: estudo do regime tributário menos oneroso para indústria. Revista de Administração IMED, v. 2, n. 3, p. 195-206, 2012.

BRANDÃO, P. A.; DE FREITAS, V. B.; ZITTEI, M. V. M. O Impacto do Planejamento Tributário, Comparando o Lucro Presumido Versus o Simples Nacional, nas Prestadoras de Serviços de Medicina em São Paulo, após o Desenquadramento do ISS. Revista Linceu On-Line, v. 7, n. 2, p. 142-161, 2017.

CAETANO, V. B.; RIBEIRO, R. B. Planejamento tributário em empresas de construção civil: benefícios proporcionados pelo regime especial de tributação. RAGC, v.5, n. 18, 2017.

CUNHA, M. B. Manual de fontes de informação, Brasília, 2020.

DE FREITAS, Rafael Mourão; SOUZA FERREIRA, Kílvia. O Código Tributário Nacional: A Tributação nas Micro e Pequenas Empresas. Revista de Empreendedorismo, Negócios e Inovação, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 49–67, 2023. DOI: 10.36942/reni.v8i1.756.

DO CARMO, A. C.; DE SOUZA MACHADO, L. CONTABILIDADE E TRIBUTAÇÃO EM PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS: UM ESTUDO EM CONGRESSOS BRASILEIROS DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO. ConTexto-Contabilidade em Texto, v. 22, n. 51, p. 17-32, 2022.

DWORAK, A.; DA LUZ SANTIAGO, V.; SILVA, S. L. A obrigatoriedade e as implicações de se mudar de Microempreendedor Individual (MEI) para Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP). 2023.

FADLALAH, B. S. N.; MARTINEZ, A. L.; NOSSA, V. Planejamento tributário e as práticas de responsabilidade social corporativa. Revista de Contabilidade e Controladoria (RC&C), v. 4, n. 3, 2012.

FONSECA, A. K.; SIRQUEIRA, D. M.; ARAÚJO, R. A. M.; GARCIA, I. A. S. Reflexo do Planejamento Tributário no Endividamento das Empresas não Financeiras Listadas na Brasil Bolsa Balcão (B3) . Revista de Gestão e Secretariado, v. 12, n. 2, p. 225-252, 2021.

GIL, A. C. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 4ª ed. São Paulo (Sp): Atlas, 2002.

LIMA, M. J. F.; SANTOS, G. C.; PARANAIBA, A. C. Análise das Mudanças Ocasionadas na Tributação das Empresas Optantes pelo Simples Nacional. *Revista da Micro e Pequena Empresa*, v. 13, n. 1, p. 32-50, 2019.

LOPES, C.; SOUZA FILHO, L. A.; SANTOS, F. A.; SILVA, R. A. Planejamento tributário: estudo de caso sobre lucro presumido e lucro real. *Revista Linceu On-line*, v. 7, n. 1, p. 6-27, 2017.

LUNKES, R. J.; FERREIRA, L. F.; RECH, J. O.; RENZZIERI, T. A legitimidade cognitiva da disciplina de Planejamento Tributário no Brasil. *Contabilidade, Gestão e Governança*, v. 17, n. 2, p. 45-59, 2014.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. *Metodologia do trabalho Científico: Procedimentos Básicos, Pesquisa Bibliográfica, Projeto e Relatório, Publicações e Trabalhos Científicos*. 5ª ed. São Paulo (Sp): Editora Atlas S.A, 2003.

PAULA, R. M.; COSTA, D. L.; FERREIRA, M. P. A percepção da carga tributária nas micro e pequenas empresas antes e após o Simples Nacional. *Revista da Micro e Pequena Empresa*, v. 11, n. 1, p. 34-51, 2017.

REDIVO, J. F.; ALMEIDA, D. M.; BEUREN, I. M. Reflexos dos controles de gestão no planejamento tributário: um estudo em uma pequena empresa industrial. *Pensar Contábil*, v. 22, n. 77, 2020.

SANTANA, M. J.; PEREIRA, A. G.; RODRIGUES, A. P. N. Dividir para maximizar a reorganização societária como estratégia de planejamento tributário. 2019.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do Trabalho Científico*. 1ª edição. Cortez Editora, 2014.

SILVA, R. C.; SANTOS, D. C. D.; RIEGER, M.; GONZALES, A. A divulgação dos benefícios fiscais e a informação sobre possíveis economias tributárias. *Revista ENIAC Pesquisa*, v. 8, n. 1, p. 59-84, 2019.

VELLO, A. P. C.; MARTINEZ, A. L. Planejamento tributário eficiente: uma análise de sua relação com o risco de mercado. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, v. 11, n. 23, p. 117-140, 2014.